



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18
outubro
2019**

O PETRÓLEO NA VENEZUELA: RELAÇÕES DE PODER, RENTISMO E SUBDESENVOLVIMENTO

Rayne Reis Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil
Endereço eletrônico: reissrayne@gmail.com

Adilson Amorim de Sousa
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil
Endereço eletrônico: diouesb@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O início de uma incisiva exploração comercial do petróleo, no século XX, trouxe profundas modificações para potenciais produtores desse artigo. A Venezuela, entre outros poucos países ricos em reserva de hidrocarbonetos, sofreu impactos direto no seu desenvolvimento econômico e político, advindo do aumento da procura e exploração desse artigo. Caracterizado até então como um Estado de base agrária, formado por latifúndios e dependente de poucos produtos destinados à exportação, o país se tornou dependente da produção do petróleo, situação que não alterou sua relação de submissão ao mercado internacional. A profunda dependência a esse recurso impôs “novos” desafios, o que incluía a tentativa do Estado em assegurar um maior controle sobre a exploração do petróleo e o consequente aumento no acesso aos recursos provenientes dessa atividade. No entanto, os obstáculos provenientes da sua condição de país subdesenvolvido e dependente aos interesses do capital internacional, aliado a aplicação de políticas econômica equivocadas, consubstanciaram no fracasso do projeto de nacionalização do petróleo e do desenvolvimento do país. Entender esse processo, suas fragilidades, contradições e consequências, constitui-se como foco central dessa pesquisa.

METODOLOGIA

Esse trabalho utiliza-se, como fonte de pesquisa, estudos produzidos por especialista americanistas, cuja abordagem tem como foco a história econômica e política venezuelana, entre os anos de 1914 e 1980, período de desenvolvimento da atividade petrolífera no país. Nosso objetivo com esse estudo é compreender as transformações ocorridas com o advento da exploração petrolífera no país. Entre os autores pesquisados,

DISTOPIA, BARBÁRIE E CONTRAOFENSIVAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO



destacamos os trabalhos de Hitiner (2006); Ribeiro (2009) Ricón (2016) e Neves (2010), que nos permite um maior embasamento teórico acerca do petróleo na história da Venezuela. Em relação ao modelo econômico, o papel da burguesia venezuelana e a estruturação do subdesenvolvimento daquele país têm como base os trabalhos de Hitiner (2006) e Benedito (2016).

O Petróleo na Venezuela e as Relações de Poder

A construção do imaginário acerca de uma ‘Gran Venezuela’, remete a descoberta das primeiras jazidas de petróleo no país em meados do século XIX. Mas, somente no século XX, com o aumento da importância do produto no mercado internacional e a descoberta do potencial das reservas do país, é que o chamado “ouro negro” ganha preponderância na economia nacional. O despertar do potencial de exploração do petróleo, atiçou a cobiça e interesse do grande capital internacional no controle dessa fonte de riqueza, impondo ao Estado, ações no sentido de ter um maior controle sobre essa atividade.

A descoberta e exploração de um produto cada vez mais valorizado no mercado mundial, como o petróleo, criam ou reforçam, em sociedades historicamente dependentes, os paradigmas do subdesenvolvimento. O primeiro consiste na associação da burguesia nacional ao capital internacional, buscando impor seus objetivos como supremos para o conjunto da nação e de um suposto desenvolvimento. O segundo aspecto refere-se à perpetuação do ciclo vicioso de uma cultura rentista, que atrela um sonhado desenvolvimento do país a um único produto, no caso o petróleo, estimulando o imaginário social com o sonho de construção de uma “Gran Venezuela”.

Foi sob o governo de Juan Vicente Gomez (1914-1918) e seus sucessores imediatos, que a exploração petrolífera tem seu início, desenvolvido sob a lógica da dependência econômica, quando os Estados dependentes “cedem” as empresas estrangeiras o direito de exploração das suas riquezas. Nessa fase, coube à companhia Caribeun Petróleo, filiada à Royal Dutch Shell, de origem anglo-holandesa, realizar as primeiras extrações no país (RINCÓN, ACOSTA, 2016, p.28-38). Tem-se nessa fase, primeiras décadas do século XX, um intenso processo de concessões às empresas transnacionais, estima-se que mais de 30 milhões de hectares de terras do país, quase o



1/3 da superfície, tenha sido cedido a empresas internacionais (RINCÓN, ACOSTA, 2016, p.28).

A falta de uma burguesia nacional forte, o atrelamento político dos grupos dominantes aos interesses estrangeiros, fez com que o modelo de exploração petrolífera fosse baseado na concessão às empresas estrangeiras, cabendo ao Estado, pequena parcela das rendas obtidas, variando, nesse período, entre 5% e 10% da produção (NEVES, 2010, p. 43). Apesar da desfavorável posição do Estado em relação aos ganhos com o petróleo, o aumento da produção interna e a valorização desse produto no mercado internacional possibilitaram a superação sobre a produção agrícola, até então base central da economia. Em 1930, o petróleo consolidasse como o principal comoditie de exportação, superando a produção de cacau e café, até então dominantes. Destarte o desenvolvimento e a dinâmica provocada por essas mudanças, a economia venezuelana continuava frágil e suscetível as oscilações do mercado externo, especialmente pela sua dependência a produção primária, bem como ao caráter rentista de sua base econômica.

O que caracteriza os países, tal como a Venezuela, com base em atividades rentistas é a dependência a exportação de um único produto, impedindo a diversificação econômica e assegurando um alto grau de vulnerabilidade ao mercado externo. É importante destacar que em economias rentista, o aumento da produtividade não esta interligada a relação trabalho capital ou ao crescimento da produção interna, mas sim a especulação e oscilações econômicas internacionais. Isto corrobora, no aumento da dependência em relação ao produto exportado, ampliando os problemas estruturais. Esse cenário, aliado as políticas de Estado que privilegiam setores da elite dominante local, cria um circulo vicioso, perpetuando a má distribuição de renda e aprofundando as desigualdades sociais (HITNER, 2011, p. 6).

Ao longo das primeiras décadas de exploração petrolífera no país, poucas alterações foram realizadas na legislação sobre essa atividade. Somente em 1943, uma nova lei é aprovada com objetivo de regular a atividade mineradora. Denominada de Nueva Ley de Hidrocarbunetos, foi considerada, até então, a mais importante reforma no setor. (BENEDITO, 2016, p. 151)

Em um clima fortemente embasado nos discursos nacionalistas, que atinge vários setores da sociedade venezuelana, a nova lei buscou impor mudanças importantes sob os



recursos naturais da nação, buscando assegurar ao Estado, total controle sobre as riquezas advindas do subsolo. A Lei reafirma ao Estado o papel de único detentor dos recursos naturais, assegurando seu poder de autorizar as concessões de exploração, bem como de estabelecer a tributação sobre a atividade mineradora.

De imediato, dentre as alterações imposta pela nova lei, tem-se mudanças na divisão dos benefícios da exploração do petróleo, estabelecendo uma nova tributação sob o princípio da fifty-fifty (50%/50%), ou seja, de todos os recursos advindos da exploração do petróleo, metade deveriam ser do Estado (BENEDITO, 2016, p. 152). Apesar de almejar uma relação mais igualitária entre concessionárias e Estado, a Lei de 1943, ainda carregava consigo falhas graves, tais como: não rompia com a dependência estrutural, baseado na dependência a um único produto e manteve uma forte dependência as empresas estrangeiras, supostamente as únicas com tecnologias adequadas e capitais suficientes para proceder à extração, o beneficiamento e a venda do petróleo produzido no país.

Mesmo com o aumento da tributação, a Venezuela continuava apresentando problemas graves na sua economia, o que certamente aguçava os problemas sociais e políticos do país. Mais uma vez, fruto das contestações internas, o Estado realiza novas mudanças na condução da sua política petrolífera. Primeiro com o ingresso da Venezuela a recém-criada Organização dos Países exportadores de Petróleo – OPEP, em 1960. Medida que visava dar maior soberania aos países produtores de petróleo, buscando garantir melhores preços do produto no mercado mundial, bem como, evitar as pressões advindas das grandes companhias petrolífera do mundo.

Outra medida tomada pelo governo venezuelano se deu em 1976, com a criação da PDVSA, ou Petróleo de Venezuela S.A. (RIBEIRO, 2009). Empresa de caráter nacional que visada, a princípio, transformar o Estado no único detentor dos benefícios do petróleo, garantindo o controle estatal sobre a extração e comercialização do produto. No entanto, o forte atrelamento dos sucessivos governos venezuelanos aos interesses internacionais, impediu uma real alteração na condução desse objetivo, mantendo, na prática, a histórica dependência econômica. Isso fica claro com a imposição na nova lei, do artigo 5º, que garantia as transacionais o controle sobre áreas estratégicas da PDVSA e da atividade mineradora em todas as suas etapas, ou seja, assistência técnica,



beneficiamento e comercialização dos produtos e seus derivados, medida que acabou por limitar o real controle do Estado sobre essa atividade.

CONCLUSÃO

Percebe-se nesse estudo, ainda que de forma parcial, com base nas fontes utilizadas e período escolhido, que apesar das alterações feitas pelo Estado venezuelano em relação à exploração do petróleo, na prática, tais medidas não possibilitaram a construção de um país desenvolvido e livre da sua crônica dependência externa. A nacionalização do petróleo, a valorização do produto no mercado internacional, não foi suficiente para alavancar o crescimento contínuo da sua economia. Isso se deve a manutenção de uma política rentista e da submissão das forças políticas nacionais aos interesses do grande capital. Esses fatores, em seu conjunto, provam que somente a ruptura das estruturas de dependência econômica, atrelado a construção de sistema político baseado em uma democracia radical, será capaz de provocar o pleno desenvolvimento de uma nação. Firmando o princípio de que as riquezas do país pertencem ao conjunto de sua população. Portanto, no nosso entendimento, somente um Estado efetivamente democrático e livre dos interesses privados é que tem condições de efetivar os princípios da soberania e da igualdade plena.

PALAVRAS CHAVES: Venezuela; Petróleo; Rentismo.

REFERÊNCIAS

BENEDITO, Flávio. **Economia Petroleira Venezuelana: o dilema entre a soberania econômica e a dependência estrutural (1973/1998)**. Flávio Benedito; Orientador Osvaldo Luís Angel Coggiola. - São Paulo: 2016

HITNER, Verena. **Uma análise do malogro de desenvolvimento latino-americano dos anos 1990: os limites internos da Venezuela**. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina). Univ. São Paulo. SP, 2011.

NEVES, Rômulo Figueira. **Cultura política e elementos de análise da política venezuelana**. -Brasília: FUNAG, 2010.

RIBEIRO, Vicente Neves da Silva. **Petróleo e Processo Bolivariano: uma análise da disputa pelo controle do petróleo na Venezuela entre 2001 e 2003**. UFRS- IFCH. Porto Alegre, agosto de 2009.



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18
outubro
2019**

RINCÓN, Élita; Acosta, Nebis; Añez, Carlos e Rincón, Jozsé. **Petróleo y desarrollo em Venezuela: Um balance a 100 años de su explotación. Período 1914-2014.** Multiciencias, vol.16, Nº1, 2016 (28-38). Centro socioeconómico del Petróleo y Energías Alternativas. Univ. de Zulia- FCES. Venezuela.



DISTOPIA, BARBÁRIE E CONTRAOFENSIVAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO